

ACESSO À INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: PRESSUPOSTOS PARA O ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CETEP DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO¹

José Francisco Barretto Neto

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar reflexões extraídas da pesquisa empírica realizada para fins de doutoramento, em que procuramos compreender como a implementação do direito de acesso à informação pública favorece a difusão do conhecimento na comunidade escolar para o acompanhamento da política estadual de Educação Profissional da Bahia. Assim, procuramos traçar algumas concepções sobre o direito de acesso à informação e a difusão do conhecimento, para em seguida, apresentarmos alguns resultados no tocante ao acompanhamento da comunidade escolar do Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano (CETEP/LNAB).

O acesso à informação é um direito fundamental humano que estabelece a garantia para qualquer pessoa acessar as informações socialmente organizadas, controladas ou custodiadas pelo Estado e pelos órgãos privados criados ou controlados por ele, em qualquer meio ou formato, de interesse individual ou coletivo, sendo a máxima divulgação e o sigilo uma exceção, o preceito principal desse direito. Segundo Villanueva (2006) e Gaitán (2016), o acesso à informação é um pressuposto para o exercício da democracia, se constituindo em um direito instrumental para o exercício de outros direitos e para o acompanhamento de políticas públicas, visto que favorece maior visibilidade e transparência ao seu processo de implementação. Desse modo, notamos a importância da garantia do direito de acesso às informações públicas como ferramenta de fortalecimento da difusão do conhecimento.

Entende-se por Difusão do Conhecimento, os processos de disseminação e divulgação das informações produzidas e sistematizadas a partir de um determinado

¹ O presente trabalho é parte da pesquisa de doutoramento em andamento apresentada ao Programa de Doutorado em Difusão do Conhecimento, sob a orientação da Prof. Dra. Ana Maria Ferreira Menezes, ligado às instituições: Universidade Federal da Bahia, Laboratório Nacional de Computação Científica, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade do Estado da Bahia, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e FIEB/SENAI/CIMATEC.

propósito, em que o compartilhamento de conhecimentos ‘próprios e apropriados’ de uma comunidade específica para outra, que os emprega na sua vida, repassando pessoa a pessoa os seus saberes tácitos e explícitos, tem o propósito gerador de uma ação dialógica que favoreça a participação qualificada, com vistas à transformação social (GALEFFI, 2011). A difusão do conhecimento deve ser socialmente contextualizada, numa perspectiva inclusiva e plural, capaz de promover a emancipação humana e a tomada de decisões no processo de acompanhamento das políticas públicas educacionais.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico traçado tomou como base epistemológica, o socioconstrutivismo e, como método, o estudo de caso com abordagem quantitativa. O *locus* da investigação foi o CETEP/LNAB, localizado em Alagoinhas, fazendo-se um recorte temporal de 2012 a 2017. Os participantes do estudo foram escolhidos na comunidade escolar a partir do critério de intencionalidade não-probabilístico, definindo-se o Colegiado Escolar, os Líderes de Classes, os professores e gestores, bem como os gestores de Educação Profissional da Secretaria da Educação. Para análise e interpretação dos resultados utilizamos a técnica da análise de conteúdo, apoiado no *software* IRAMUTEQ, a partir da qual apresentamos inferências e interpretações, consubstanciadas no referencial teórico.

2 ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CETEP DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

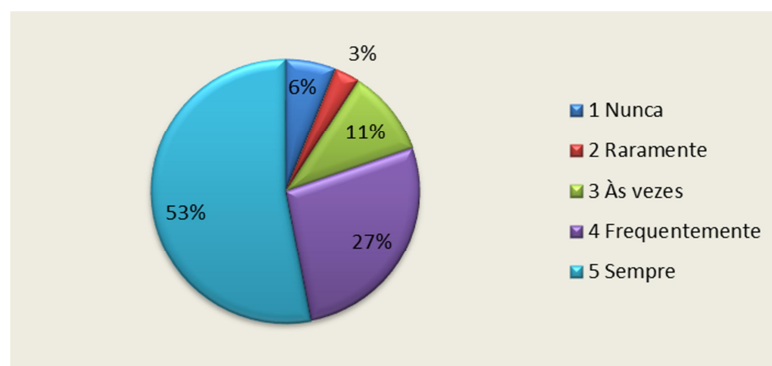
Compreendemos o acompanhamento enquanto participação efetiva, no engajamento da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, de formulação e fiscalização da política educacional, com vistas à partilha e democratização do poder da escola, no sentido de autogoverno, o que implica na superação da cultura de autoritarismo que, ainda, permeia a sociedade e dificulta a gestão democrática (LIMA, 2014; PARO, 2007).

O *corpus* para esta análise foi composto por unidade de registro, constituído de 03 temas, por 10 unidades de contexto, extraídas das entrevistas e separadas em segmentos de texto, de onde emergiram as ocorrências de cada unidade de

registro, contemplando as subcategorias, *espaços de deliberação e gestão compartilhada*, agregadas na categoria *acompanhamento* da comunidade escolar.

No contexto do CETEP/LNAB, verificamos que os principais espaços de deliberação que favorecem os processos de planejamento são as reuniões de Atividades Complementares (AC), a jornada pedagógica e o Colegiado Escolar. Conforme o Gráfico 01, extraído do questionário aplicado aos professores, 80% dos respondentes apontam que participam, frequentemente e sempre, dos processos de planejamento.

Gráfico 01 - Nível de Participação dos Professores nos Espaços de Deliberação



Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração do Autor

Considerando os *espaços de deliberação*, como facilitadores do acompanhamento da comunidade escolar, e os dados apresentados, inferimos a existência de espaços institucionalizados de deliberação no âmbito do CETEP/LNAB, periodicidade definida e frequência positiva nas reuniões, onde acontecem as formas de planejamento da escola, fundamentado em regras formais de participação (LIMA, 2014).

Com relação à *gestão compartilhada*, analisamos o nível de envolvimento da comunidade escolar e externa na gestão. Assim, observamos que a participação da comunidade escolar é efetivada por meio das instâncias institucionalizadas, como o Colegiado Escolar e os Líderes de Classe, conforme Figura 01, evidenciando que o acompanhamento da unidade escolar se concretiza mais como uma participação representativa do que por um engajamento direto da comunidade escolar e, além disso, tem um caráter mais de divulgação e informação. A Figura 01 indica, ainda, que a comunidade externa fazia o acompanhamento da escola por meio do Conselho Escolar, participando indiretamente da gestão, uma vez que era composto

por representantes da comunidade escolar e da sociedade civil do Território de Identidade. Instância prevista no ato de criação dos CETEP, mas que desde 2015, teve seu funcionamento interrompido devido à baixa participação dos representantes da sociedade civil.

Figura 01 - Nuvem de Palavras referente aos Processos de Participação na Gestão do CETEP/LNAB



Fonte: Pesquisa de Campo (2020). Elaboração do Autor

Constatamos uma característica institucional nos processos de participação do CETEP/LNAB, em que a gestão possui uma organização hierárquica centrada na autoridade do diretor, que exerce a função de liderança maior na comunidade escolar, mas na medida em que figura como representante do Estado, a sua autonomia e a capacidade de autogestão da instituição tende a ficar comprometida (PARO, 2007). Precisamos levar em conta que os membros da comunidade escolar e, sobretudo, os da comunidade externa, não são dotados das condições materiais favoráveis para participação qualificada, comprometendo a efetividade das ações de acompanhamento da política de educação profissional da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que no CETEP/LNAB, é evidente a existência de mecanismos de acesso à informação, é inegável que práticas de difusão de conhecimentos acontecem, no entanto, é indispensável que a informação, os saberes tácitos e explícitos se convertam em conhecimentos significativos, para

além dos esquemas informacionais ou de consulta facultativa, que resultam apenas na participação decretada ou formal, remetam à ação informada na perspectiva da participação dialógica, do envolvimento ativo que favoreça a ampliação do acompanhamento da comunidade escolar sobre a política de educação profissional, garantindo um nível de autonomia e autogoverno da gestão administrativa e pedagógica.

REFERÊNCIAS

GAITÁN, Alfredo E. F. de Lara. Acceso a la información pública en América Latina: análisis de su diseño institucional en Chile, Colombia y México (2002-2014). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 111-140, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/62629>. Acesso em: 05 set. 2020.

LIMA, Licínio C. A Gestão Democrática das Escolas: do autogoverno à ascensão de uma pósdemocracia gestionária? **Educação & Sociedade**. Campinas, v.35, n. 129, p. 1067-1083, out. dez., 2014. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/407>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLANUEVA, Ernesto. **Derecho de acceso a la información en el mundo**. México: Miguel Ángel Porrúa, librero-editor, 2006. Disponível em: http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/ce/scpd/LIX/der_acc_inf_mun.pdf. Acesso em: 06 out. 2017.